

A CRISE DOS ANOS VINTE

A crise política que surge na Primeira República, após a Primeira Guerra Mundial, se revela em dois aspectos: no descontentamento de um grupo funcional, o Exército; na crescente insatisfação da população urbana, de algum modo associada à classe média, que o sistema não absorve. As tensões regionais da classe dominante não apresentam uma linha contínua. Aparecem com nitidez em 1922, diminuem em intensidade a partir de 1926, para voltar à tona em 1929.

Um indício claro da maior participação política da população urbana foi a eleição de 1919, realizada excepcionalmente, em virtude da morte do presidente eleito Rodrigues Alves. Ruy Barbosa, candidato derrotado em 1910 e 1914, apresentou-se à eleição para realizar um protesto, sem o apoio de qualquer máquina eleitoral. Não obstante, obteve cerca de um terço dos votos e venceu no Distrito Federal. Em novas circunstâncias, não contando com as oligarquias estaduais, Ruy apresentou um programa moderadamente reformista, propondo uma legislação operária e maior autoridade para o governo federal.

Vamos nos deter em um dos sintomas mais nítidos da crise - o descontentamento militar - que aparece entrelaçado até a primeira revolta tenentista (julho de 1922) com o agravamento das tensões regionais. Para isto, convém retomar uma análise da ação política do Exército, desde o fim da presidência de Floriano Peixoto.

A renúncia de Floriano em apresentar um candidato à sucessão representou o triunfo dos grandes Estados e o provisório afastamento da cúpula do Exército, da vida política nacional. Os jovens militares - herdeiros mais consequentes do jacobinismo florianista - se revoltaram, por várias vezes, no Rio de Janeiro (em 1897, contra Prudente de Moraes; em 1904, contra Rodrigues Alves). Mas a alta oficialidade retirou-se para a vida profissional. O Clube Militar - centro da articulação política do Exérci

to - esteve fechado de 1896 a 1901. Embora na eleição de 1898, houvesse nominalmente um candidato militar de oposição ao paulista Campos Sales - o oficial positivista Lauro Sodré - o Exército só reapareceu como força dotada de certa coesão, na campanha presidencial de 1909.

É importante assinalar aqui a aproximação entre os militares e a elite política do Rio Grande do Sul, revelada no importante livro de JOSEPH LOVE sobre o papel daquele Estado na Primeira República (1). À saída dos primeiros, como grupo, da área política, correspondeu um retraimento do Rio Grande do Sul da esfera federal para a regional. Entre 1894 e 1910, os gaúchos estiveram ausentes da Administração federal e aí reapareceram juntamente com os militares. Mas a aproximação não significa uma identificação, como os episódios do governo Hermes da Fonseca irão revelar.

LOVE aponta algumas razões que explicam a afinidade, mostrando como no Rio Grande do Sul - uma região de fronteira importante - se concentravam os maiores efetivos do Exército, variando entre um terço e um quarto dos efetivos nacionais. A III Região Militar, criada em 1919, constituiu uma ponte para a alta administração, pois vários de seus comandantes foram para o Ministério da Guerra. A importância do setor militar parece ter incentivado os gaúchos de certo nível social a seguir a carreira das armas, contribuindo com o maior número de Ministros da Guerra e de presidentes do Clube Militar, na Primeira República. Por outro lado, a intermitente luta armada na região favoreceu o contato entre os oficiais e os partidos políticos. Da Revolução federalista, por exemplo, nasceram os laços de vários oficiais com o Partido Republicano Riograndense.

Certos traços ideológicos e peculiaridades políticas concorreram também para a aproximação. O Rio Grande do Sul - através de Julio de Castilhos e depois de Borges de Medeiros, o grande chefe

(1) LOVE, Joseph L. - Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930. Stanford University Press, 1971. Boa parte desta discussão se baseia no livro citado.

do Estado na Primeira República - foi uma região de influência do positivismo, cuja importância difusa se manteve também no interior do Exército. A Constituição estadual, de inspiração contista, reforçava o papel do Executivo, atribuindo ao presidente a possibilidade de legislar por decreto, exceto em assuntos financeiros e autorizando sua reeleição. Este foi um dos pontos de disputa entre republicanos e libertadores, decidido em 1923, no acordo de Pedras Altas, que estabeleceu a impossibilidade de reeleição.

Além disto, a política econômica e financeira, defendida pelo Estado por razões econômicas e ideológicas, tendeu a coincidir em muitos aspectos com a visão do grupo militar. O Rio Grande constituía o centro mais articulado da temperada oposição ao núcleo agrário-exportador, pelo qual o Exército tinha pouca simpatia e com o qual mantinha escassas vinculações. Os gaúchos defenderam uma política de preços estáveis e de conservadorismo fiscal essencialmente porque a inflação criaria problemas para o mercado do "xarque". O produto era consumido principalmente pelas classes populares do nordeste e do Distrito Federal. Qualquer redução do poder aquisitivo destas classes resultava em restrição da demanda. Uma política financeira conservadora foi sempre bem vista pelos militares, não só dos quadros mais elevados; as rebeliões tenentistas apontaram a inflação e o desequilíbrio orçamentário como males tão graves quanto a fraude e as desigualdades regionais.

A eleição de 1910 marcou a volta do Exército ao mundo da grande política, mas como uma força sem grande autonomia, subordinada aos interesses das oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, onde a figura de Pinheiro Machado se destacava no plano nacional. O marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do fundador da República, Ministro da Guerra de Afonso Pena, foi indicado para a presidência por aqueles Estados e alguns menores. Acabou por tornar-se candidato oficial, com a morte de Pena e a ascensão ao poder do vice-presidente Nilo Peçanha.

Seu adversário - Ruy Barbosa - lançado por São Paulo e pela Bahia - procurou atrair o voto das populações urbanas. Defendeu os princípios democráticos e o voto secreto. Referiu-se à necessidade de um certo fortalecimento do Poder Central, com a unificação da justiça, a punição dos Estados que violassem a Constituição federal, maior intervenção nos conflitos econômicos e fiscais dos Estados, regulamentação do direito dos Estados contra empréstimos externos, defesa do café pela União. Neste aspecto, seu programa era uma boa demonstração de que a São Paulo não interessava a extrema autonomia estadual, mas um país com certa integração nacional, em função do núcleo dominante. A plataforma de Hermes, pouco significativa, sustentava o equilíbrio orçamentário, a intocabilidade da Constituição, a ampla autonomia estadual e expressava, sobretudo, os pontos de vista do Rio Grande do Sul. Convém lembrar que a autonomia era uma reivindicação essencialmente gaúcha e não militar, pois as forças armadas viram sempre com simpatia os projetos de maior centralização do país.

Foi Ruy Barbosa quem deu à campanha de 1909-1910 o tom de reação contra a intervenção do Exército na política, com ataques contra os oficiais e a contraposição da milícia estadual ao Exército, como modelo militar. Embora a base política essencial de Ruy fosse a oligarquia de São Paulo, sua campanha se apresentou ideologicamente como a luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário. A vitória de Hermes produziu grandes delusões na restrita intelectualidade do tempo.

O fato de que um militar tenha assumido a presidência da República não significa, mais uma vez, que o Exército atue na política como força autônoma. Na realidade, no governo Hermes houve três centros de decisão: as oligarquias civis de Minas e especialmente do Rio Grande do Sul, esta sob o comando de Pinheiro Machado; o próprio presidente, inclinado a uma subordinação às oligarquias; um grupo de militares e alguns civis, dispostos a realizar alterações no controle do poder nos Estados. Que alcance tinham estas modificações é uma questão ainda pouco estudada deste período.

Os oficiais situados como um grupo de pressão em torno do Presidente foram os principais responsáveis pelo movimento "salvacionista", destinado a "salvar" a pureza das instituições republicanas, através da derrubada de governos locais, sobretudo no nordeste.

Alguns exemplos servirão para dar uma idéia das intervenções. Em Pernambuco - domínio do chefe oligarca Rosa e Silva - o Ministro da Guerra, general Dantas Barreto, aceitou sua candidatura à presidência do Estado, em nome da oposição. Esta, era dirigida por Lucena, velha figura do Império que fôra ministro de Deodoro, e por um antigo e ardoroso defensor de Floriano Peixoto. Dantas Barreto renunciou ao ministério, dirigiu pessoalmente a luta armada que se desencadeou em Pernambuco e acabou por tomar posse do governo.

Em Alagoas, o coronel Clodoaldo da Fonseca, envolvido mais tarde, em 1922, nas rebeliões tenentistas, substituiu o candidato da família dos Malta. No Ceará, a sucessão presidencial foi o pretexto para um confronto de grandes proporções. A oposição local - adversária da família dominante (os Acioli) - apresentou como candidato o coronel Franco Rabelo, ligado aos militares renovadores. Os partidários dos Acioli - Pinheiro Machado - lançaram outro militar e ambas as partes se declararam vencedoras na eleição. Enquanto o coronel Rabelo era apontado governador em Fortaleza, a maioria da Assembléia Legislativa local se transferia para o interior e aí declarava deposto o governador, entregando a chefia do Estado ao presidente da Assembléia, o médico e político do sertão Floro Bartolomeu. Este, era porta-voz de um líder carismático do interior - o famoso Padre Cícero - que mobilizou tropas sertanejas contra o candidato dos "salvacionistas", avançando sobre Fortaleza. Afinal, o governo federal pôs fim à luta, com a nomeação do coronel Setembrino de Carvalho para interventor do Ceará.

A maioria das "salvações" foi realizada com o objetivo de derrubar velhas oligarquias, em geral aliadas a Pinheiro Machado, através do Partido Republicano Conservador - um "partido" que expres

sava um acordo do chefe gaúcho com vários Estados do nordeste. (Em Pernambuco a situação não era esta porque Pinheiro - rival de Rosa e Silva - estava também interessado em sua queda).

A investida dos "salvacionistas" pode ser entendida, em alguns casos, dentro de um contexto geral das tentativas difusas feitas por grupos militares, no sentido de restringir o poder político da classe dominante, nas diferentes áreas regionais. Estes grupos buscavam principalmente a moralização dos costumes políticos e a redução dos aspectos mais chocantes das desigualdades sociais, sem pretender realizar reformas fundamentais no regime de propriedade. Por isso mesmo e também porque muitas vezes os militares tivessem raízes nos Estados, os "salvacionistas" acabaram por se aliar a facções de oposição sem grandes diferenças com os antigos exercentes do poder.

O fato de que tenham obtido êxito, mesmo transitório, no nordeste, se deve à fraqueza das oligarquias dominantes na região, muito mais dependentes do Poder Central do que a aparência indicaria. De fato, os militares tentaram assumir o controle do Rio Grande do Sul, com a candidatura ao governo do Estado do novo ministro da Guerra de Hermes, o general Mena Barreto. Mas, neste caso, Pinheiro Machado dominou inteiramente a situação, forçando a demissão do ministro, que foi substituído por um homem de sua confiança. Outra demonstração da impossibilidade de quebrar as oligarquias mais articuladas foi a inútil tentativa feita por Pinheiro para impor a intervenção federal em São Paulo.

Apesar do grande interesse que a ação dos salvacionistas apresenta como sintoma, o Exército era um grupo mais uma vez dividido, na sua reorganização política durante o governo Hermes. O próprio presidente se subordinava à ação nacional de Pinheiro Machado e a intervenção no Ceará, por exemplo, representou uma vitória do líder gaúcho, provocando ressentimentos militares contra o presidente.

Por outro lado, a política econômica realizada em favor dos grandes Estados nunca foi abandonada e a sucessão de 1914 se realizou

tranquilamente, com a restauração da aliança "café com leite", em torno de Wenceslau Braz.

A segunda eleição competitiva da República (1922) demonstrou o agravamento das tensões regionais da classe dominante e foi a única em que um confronto entre os dois grandes Estados e os Estados intermediários se colocou claramente na disputa sucessória. Aí também interveio o Exército, ao lado da oposição, incentivado por alguns lances novelescos.

O eixo São Paulo-Minas lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o presidente mineiro Artur Bernardes. Contra esta candidatura levantou-se o Rio Grande do Sul, através de Borges de Medeiros, denunciando o arranjo político como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Os gaúchos temiam também que se concretizasse uma revisão constitucional - realizada efetivamente por Bernardes em 1926 - limitando a autonomia do Estado.

Uniram-se ao Rio Grande do Sul a Bahia, Pernambuco, Estado do Rio - 3º, 4º, 5º e 6º Estados em importância eleitoral - formando a "Reação Republicana" que apresentou o nome de Nilo Peçanha. Nilo estivera por alguns meses na Presidência da República, após a morte de Afonso Pena, garantindo o triunfo de Hermes da Fonseca. Sua carreira era um contraponto, na esfera civil, da ascensão de muitos militares "plebeus". De origem modesta, florianista, ameaçado de prisão por Prudente de Moraes, tinha sua base política na oligarquia do Estado do Rio, onde nasceu.

A oposição tentou realizar uma campanha "à americana", como se dizia na época, percorrendo boa parte do país e procurando atrair o voto urbano. A plataforma da "Reação Republicana", inspirada diretamente pelos gaúchos, se pronunciava no plano financeiro contra a inflação, a favor da conversibilidade da moeda, dos orçamentos equilibrados, da política, em suma, inaugurada pelo paulista Campos Sales em um momento muito difícil e mais tarde abandonada.

Na campanha, surgiram ataques ao imperialismo dos grandes Estados e pediu-se proteção para os produtos brasileiros de exportação em geral e não apenas para o café. Nilo não se opôs à valorização cafeeira em curso, de que o Estado do Rio também se beneficiava, mas atacou o tratamento especial dado ao produto. Este era um tema de especial predileção dos gaúchos.

A intervenção dos militares no problema sucessório, facilitada pelas ligações com os políticos do Rio Grande do Sul e com o próprio candidato, assumiu um caráter mediatamente relacionado com as tensões regionais. Na aparência, resumiu-se à preservação de valores do grupo, alvo de violento ataque, através das "cartas falsas", publicadas no "Correio da Manhã", em outubro de 1921. Elas tinham por objetivo lançar o Exército na campanha política ao lado da oposição, impedindo, se necessário, a posse de Bernardes.

Em meio a uma situação difícil, Bernardes triunfou nas eleições de março de 1922, ficando apenas a confirmação do resultado na dependência do Congresso. Do ponto de vista das classes dominantes regionais, o momento da vitória de um dos candidatos marcava para os vencidos a necessidade de chegar a um acordo, a fim de se preservar o sistema. No ano de 1922, a regra quase foi quebrada. Chegou-se a pensar, diante da gravidade da situação militar, na renúncia de Bernardes e na escolha de um terceiro nome. Porém, quando o gal. Ximeno de Villeroy, representando um grupo de conspiradores de alta patente, procurou o apoio de Borges de Medeiros para iniciar uma luta armada, não obteve êxito. Em fins de junho de 1922, surgiram novos atritos ligados às violentas disputas pela sucessão local em Pernambuco. Como se sabe, em nome do Clube Militar, Hermes da Fonseca telegrafou ao comandante militar de Pernambuco, apelando para que não interviesse na contenda, a mando do governo. Hermes foi preso por algumas horas, por determinação do presidente Epitácio Pessoa e o Clube Militar fechado por seis meses, com base na lei recentemente aprovada, que tinha por objeto a repressão ao anarquismo.

A luta entre o governo e as oposições tendeu entretanto a acalmar-se. A neutralização da dissidência regional e da cúpula militar seguiu-se o ciclo das rebeliões tenentistas.

O tenentismo produziu uma inflexão na vida política brasileira e deixou uma influência persistente, após ter desaparecido de cena em 1934 como movimento organizado. Nos anos vinte, tornou-se, para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade, o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente. Não há razões para se pensar que a massa operária, por exemplo - nas condições de um movimento operário em depressão - deixasse de ser tocada por suas façanhas.

Por outro lado, para as classes dominantes regionais em oposição ao núcleo agrário-exportador, os tenentes apontavam um caminho novo que, mesmo a custo, acabou sendo trilhado: a utilização da violência, associada a um programa de limitado alcance.

Historicamente, o tenentismo deixou marcas mais profundas no interior da esquerda brasileira do que em áreas conservadoras. O progressivo abandono da organização horizontal da classe operária pelo ataque frontal e/ou adaptação às instituições do Estado tem uma de suas raízes na influência tenentista. O PC esteve aberto a ela e procurou mesmo recolhê-la, apresentando-se como uma espécie de herdeiro mais consequente do movimento. Isto ocorreu, seja nos períodos em que acabou por adotar uma linha insurrecional (1935), seja nos períodos caracterizados pela linha de "desenvolvimento nacional pacífico" (1945-1947). Ao mesmo tempo, na consciência conservadora militar, o tenentismo permaneceu como marco inicial de um ciclo purificador, que se inicia em 1922 e se completa em 1964/1968.

Tenho procurado demonstrar em outros trabalhos que a análise do tenentismo não pode ser reduzida a explicações unilaterais, reduzindo o grupo funcional a uma classe social (tenentes=classe média), ou atribuindo ao grupo total autonomia no conjunto da sociedade. Aqui, desejo apenas salientar alguns aspectos do tema, que foram tratados mais extensamente nestes trabalhos.

Do ponto de vista de sua formação militar, a geração dos tenentes cursou a Escola do Realengo, que tinha uma linha educacional diversa da antiga Escola da Praia Vermelha. A primeira se caracterizava pela influência positivista, destinando-se a formar o soldado - cidadão; a segunda tratou de profissionalizar o Exército, insistindo no ensino técnico e no seu afastamento da política.

Não há nenhum paradoxo no fato de que o maior grau de profissionalização possa ter incentivado a intervenção dos tenentes na vida política. MOSCA e mais recentemente FINER argumentaram, com boas razões, que a profissionalização tem gerado o comportamento oposto. Como diz JOSÉ NUN, a tendência a considerar os fenômenos sociais em isolamento e abstração levou alguns a supor que a profissionalização por si só induza os oficiais a abandonar a política, colocando uma barreira entre eles e a sociedade (2). No caso que estamos discutindo, ela favoreceu a formação de uma certa coesão grupal, de uma consciência militar, em um meio social em que a supremacia das oligarquias civis começava a ser contestada. Contribuiu também, na linha do argumento de FINER, para uma crescente identificação das Forças Armadas como servidoras profissionais da comunidade e não de transitórios governos. A propósito, é muito expressiva a frase com que Hermes da Fonseca encerrou o apelo do Clube Militar ao comandante militar de Pernambuco, pedindo-lhe que não interviesse na luta regional: "Não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica".

É possível estabelecer, no exame do movimento tenentista, uma linha de desenvolvimento, onde há um corte e uma inflexão. O corte se dá com a ruptura de Luis Carlos Prestes em maio de 1930 e a inflexão, após a revolução de outubro daquele ano. Antes desta data, os tenentes estavam fora da máquina do Estado, em luta contra o poder; depois, realizaram uma experiência de governo, ao lado de outras forças. Em embrião, apareceram, na década de vin

(2) MOSCA, Gaetano - The ruling class. Nova York, 1939; FINER, S. E. - The man on horseback: the role of the military in politics. Nova York, 1962. Citados por NUN, José em "Os golpes militares da classe média". (In VELIZ, Cláudio - América Latina: Estruturas em crise. São Paulo, IBRASA, 1970).

te, duas tendências no interior do tenentismo. Prestes, Siqueira Campos, Miguel Costa associavam a derrubada das oligarquias a um programa vagamente popular-nacionalista. Juarez Távora, entre outros, adotava uma posição mais conservadora. De um modo geral porém, estas divisões não eram suficientemente claras e só se explicitaram com o correr dos anos.

O que se poderia chamar de programa de ação dos tenentes tem o seu foco dirigido, a um tempo, para as Forças Armadas e para a sociedade como um todo. Sob o primeiro aspecto, o tenentismo se distingue das pressões militares anteriores por estabelecer uma linha divisória no próprio grupo militar, entre quadros médios e cúpula. Ele representa um movimento de cisão no interior do grupo, em um momento crucial em que a alta oficialidade opta pela acomodação com Bernardes e a hierarquia se encontra abalada (3). Os tenentes não querem apenas purificar a sociedade, mas a instituição de onde provém. Respondendo a processo criminal, logo após o movimento de julho de 1922, Siqueira Campos reconheceu que, antes de abandonar o Forte de Copacabana, ele e seus companheiros oficiais haviam arrancado suas insígnias, declarando que não pertenciam mais ao Exército. Negou porém ter classificado o Exército de um modo injurioso. Por sua vez, em um momento menos emotivo, Juarez Távora em seu livro "À guisa de depoimento", atacou abertamente o Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, acusando-o de exercer uma espécie de militarismo de encomenda "tacanho e porco", explorando caprichos e fraquezas de Bernardes.

O programa do movimento com relação à sociedade é um bom exemplo da dificuldade apontada por MORRIS JANOWITZ, de se definir em certos casos a ideologia dos militares, a não ser em termos muito gerais: nacionalismo, certa xenofobia, tendências puritanas, visão "anti-política" (4). Dentro destas características, na ideo

(3) Poucos textos isolados serão tão expressivos para revelar a quebra da hierarquia como a discussão no Clube Militar, em 24 de junho de 1922, transcrita por SODRE, Nelson Werneck em História militar do Brasil. Ed. Civilização Brasileira, 1965.

(4) JANOWITZ, Morris - The military in the political development of new nations. University of Chicago Press, 3a. ed., 1967.

logia e no comportamento tenentista são hoje bastante conhecidos os traços autoritários, o elitismo, a busca da reforma política mesclada de um reformismo social ingênuo e de um vago nacionalismo.

A defesa da maior centralização do Estado, da uniformização legislativa de acordo com o modelo federal, os seus ataques à "feudalização do Brasil" têm como alvo implícito, e às vezes explícito, a oligarquia paulista. O núcleo dominante - ainda que menos extremado do que o Rio Grande do Sul na defesa da autonomia regional - encarnava aos olhos dos tenentes os principais vícios do sistema político republicano. São Paulo assentara sua supremacia, a partir de Prudente, afastando os militares do governo, em nome da estabilidade e da "república civil". O "civilismo" paulista despertava especial ressentimento, pois só se tornara possível por contar o Estado com uma milícia estadual subordinada ao poder local e bem equipada, sob alguns aspectos em situação superior ao Exército. Por exemplo, a reorganização da Força Pública paulista se iniciou a partir de 1906, com a vinda da Missão Francesa, antes mesmo que começasse a reforma do Exército, na presidência Afonso Pena.

Acima de tudo, este Estado controlado por uma "elite de plutocratas", vinculado diretamente aos grandes centros financeiros internacionais, era o principal responsável pela incipiente consolidação do Estado nacional.

O ataque à oligarquia paulista abria a possibilidade de um entendimento entre os tenentes e as oligarquias estaduais. Este entendimento dependia de um agravamento das contradições internas do sistema. Enquanto a rebelião militar começava a criar sua legenda na longa marcha de 24.000 kms. pelo interior do país, as classes dominantes regionais entravam em uma linha de composição entre 1926-1929.

Bernardes governou em meio a uma situação difícil, recorrendo a seguidas decretações do estado de sítio. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se nes

tas áreas a uma dura repressão policial, para os padrões da época.

A insatisfação popular tinha raízes em uma situação financeira que a tocava diretamente. A crise internacional de 1920 refletiu-se no volume e sobretudo no preço das exportações brasileiras de café, que caíram de 13 milhões de sacas, rendendo 73 milhões de libras em 1919, para 11,5 milhões, rendendo apenas 53 milhões de libras em 1920. Pressionado pelos interesses de São Paulo-Minas, o presidente Epitácio iniciou em 1921 a terceira operação valorizadora, utilizando-se de empréstimos externos e emissões. As emissões maciças entre 1921-1923 (o meio circulante passou de 1,8 milhões de contos em 1920, para 2,6 milhões em 1923) foram responsáveis em grande parte pela desvalorização do câmbio (entre 4 a 5 dinheiros por mil réis em 1923) e pela inflação (5). Segundo cálculos imprecisos, o custo de vida dobrou no mesmo período, tendo sido aliás a crítica à inflação um dos temas do movimento tenentista.

Bernardes desagradou a quase todos os setores - o nordeste reclamou contra o abandono dos planos contra a seca, os gaúchos queixaram-se da inflação, a insatisfação dos assalariados foi constante. Do ponto de vista da classe dominante, seu maior atrito se deu porém não com uma área periférica, mas com o núcleo agrário-exportador. Trata-se de um episódio revelador das frequentes coincidências entre razões de Estado e interesses estritamente econômicos.

O presidente começou seu governo associado aos paulistas, isto é, à política de emissões e de realização da defesa permanente do café, aprovada no governo anterior. As dificuldades cambiais e financeiras, agravadas pelo vencimento de obrigações da dívida externa em 1927, levaram-no a uma reorientação. Em janeiro de 1925, afastou os paulistas Sampaio Vidal e Cincinato Braga do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil, iniciando uma política

(5) Cf. NETTO, Antonio Delíim - op.cit.

deflacionária e de dissociação da defesa permanente do café. São Paulo já assumira aliás a defesa, em fins de 1924, por sua conta.

Depois de 1926, entretanto, os atritos inter-regionais diminuíram bastante. A eleição do paulista Washington Luis à presidência da República se fêz sem problemas, em nítido contraste com a sucessão de 1922, com o apoio de Minas e do Rio Grande do Sul. Para implementar seu programa de estabilidade financeira, visto com bons olhos pelos gaúchos, Washington nomeou para o Ministério da Fazenda um nome que começava a ascender na política oligárquica de seu Estado - Getúlio Vargas.

A reforma financeira, aprovada pelo Congresso logo no início do novo governo (dezembro de 1926), estabelecia uma taxa fixa de câmbio, na base de cerca de 6 dinheiros por mil réis, equivalendo a uma quebra oficial do padrão monetário, que desde 1846, correspondia teoricamente a 27 d. por mil réis. A estabilidade seria garantida por uma Caixa de Estabilização, que passou a trocar notas ouro na proporção fixada, pretendendo-se como objetivo final a conversibilidade de todo o papel moeda em circulação. A medida se destinava a evitar as contínuas oscilações cambiais e a incrementar as exportações. O padrão fixado ficava abaixo da média dos últimos anos, o que aliás agradava ao setor agrícola e aos industriais. A alta classe média - apenas consumidora dos produtos importados - lançou ataques, por seus representantes, ao chamado "câmbio vil".

Dois fenômenos políticos devem ser ainda ressaltados, nos últimos anos da década de 20. A progressiva aproximação de agrupamentos divergentes no Rio Grande do Sul e a diferenciação política em São Paulo. O último fato se liga à questão mais geral da crescente insatisfação da classe média urbana.

A Revolução de 1923, contra a reeleição de Borges de Medeiros, representara o ponto culminante das lutas internas no Rio Grande do Sul. Quando Vargas assumiu a presidência do Estado, em janeiro de 1927, após uma tranquila eleição, incentivou habilmente o acordo entre o PRR e o Partido Libertador, formado por antigos fe

deralistas e antigos republicanos, chegando a um razoável compromisso.

Em São Paulo, a formação do Partido Democrático (fevereiro de 1926) pôs fim ao monopólio do PRP. Reunindo nomes das antigas dissidências e algumas figuras novas, o PD de São Paulo era essencialmente uma organização representativa da classe média tradicional, vinculada a setores do café. Correspondia tanto à pressão ampla da classe por uma maior participação no sistema político, como à crescente dificuldade do PRP em conter todas as tendências em seu interior.

Seus nomes mais importantes - Waldemar Ferreira, Marrey Jr., Francisco Morato, Moraes Barros, Sampaio Vidal, Paulo Duarte, Paulo Nogueira Filho - eram em sua maioria profissionais liberais, ou jovens filhos de fazendeiros de café, provenientes de famílias brasileiras tradicionais. Os profissionais liberais não constituíam figuras obscuras, mas advogados famosos em São Paulo, vários deles professores da Faculdade de Direito, com ligações diretas ou indiretas com os interesses cafeeiros (6).

Na realidade, o agrupamento não representava a emergência de setores dinâmicos, supostamente ligados à indústria. Voltava-se para

(6) Dentre os 599 assinantes do manifesto de lançamento do Partido Democrático, apenas 11 se qualificam como industriais. As 10 primeiras indicações profissionais, abrangendo cerca de 89% do total, afóra a vaga categoria "proprietário" e os estudantes, indicam uma esmagadora predominância de membros do setor agrário e da classe média:

Advogados	139
Do Comércio	79
Comerciantes	68
Lavradores	59
Funcionários bancários	48
Proprietários	34
Engenheiros	42
Médicos	28
Estudantes	18
Professores	16

O manifesto, com as assinaturas, se encontra em PRADO, Nazzareth-Antonio Prado no Império e na República. Rio de Janeiro, F. Briguiet Editora, 1929.

uma classe média nacional, com um programa liberal-democrático, temperado por algumas tintas vagamente reformistas, tendo por objetivo central a reforma política: voto secreto e obrigatório, representação da minoria, independência dos poderes, entrega ao Judiciário da fiscalização eleitoral. Não tinha uma perspectiva diversa do PRP, no que diz respeito à política econômica e financeira, onde a divergência era acidental. O PD não hostilizou, neste aspecto, a política do presidente Washington Luis, cujos resultados foram transitoriamente favoráveis para o setor cafeeiro.

Ao surgir a crise de 1929, o partido reivindicou para si o mérito de ter previsto a crise, procurando desvinculá-la, na medida do possível, do contexto internacional. Lembrou alguns discursos de um de seus representantes no Congresso - Paulo Moraes Barros, "o profeta da crise" - que apontara os riscos da defesa permanente do café. Porém, apesar de certas diferenças, o PD não tinha um programa coerente de oposição à política cafeeira e a ênfase de sua discordância era claramente política.

Vale a pena observar a esta altura a semelhança, em alguns pontos, entre o PD e a União Cívica Radical argentina, assim como uma simetria de relações entre PRP-PD e conservadores-radicais daquele país. Em primeiro lugar, democráticos brasileiros e radicais argentinos se aproximam pelo ínfimo número de industriais em suas fileiras e pela atitude de hostilidade a eles. EZEQUIEL GALLO e SILVIA SIGAL, em seu artigo sobre a UCR, mostram que, dentre 44 dirigentes radicais analisados em 1916, apenas um provinha da indústria (7). Os industriais foram pintados, persistentemente, no caso do PD de São Paulo, como um grupo de exploradores, vivendo à custa de um protecionismo favorecedor de uma atividade econômica artificial, nas condições brasileiras.

Por outro lado, radicais e democráticos desenvolveram a mesma atitude xenófoba com relação aos imigrantes, associando, no caso

(7) GALLO, Ezequiel & SIGAL, Silvia - "La formación de los partidos políticos contemporáneos: La U.C.R. (1890-1916)". (In Desarrollo Económico, III, 1-2, Buenos Aires, 1963).

brasileiro pelo menos, com conotação negativa, imigrantes e industriais.

No que diz respeito às relações entre conservadores e radicais argentinos, OSCAR CORNBLIT indica como os primeiros nunca chegaram a pensar na integração da massa de imigrantes, pois isto implicaria em uma profunda revisão de seu conceito aristocrático da política. Não obstante, movidos por uma ideologia cosmopolita, absorveram com mais facilidade imigrantes em suas fileiras, desde que se tratasse de pessoas social e economicamente bem situadas. Souberam também utilizar-se da massa de estrangeiros para garantir resultados eleitorais, de uma forma semelhante às máquinas partidárias americanas dos anos dez (8).

Da mesma forma, o PRP foi receptivo aos imigrantes que ascenderam social e economicamente por várias vias. Também se utilizou do voto do estrangeiro - proibido pela legislação - para fraudar eleições, como persistentemente demonstraram os democráticos.

Não pretendo assemelhar o sistema político brasileiro e o argentino, nem levar demasiado longe a analogia. Basta lembrar que a UCR é um partido de massas, de âmbito nacional, por longos anos no governo, ao contrário do que acontece com o PD brasileiro, uma organização regional de certa expressão, mas muito mais modesta.

Quero apenas, dentro dos limites da aproximação, extrair algumas conclusões provisórias. Nos dois países, os partidos que abrigaram largos contingentes de classe média, aliados a alguns grupos agrários tradicionais, desenvolveram um comportamento xenofobo e anti-industrialista, estreitamente vinculado às perspectivas da velha classe média. Em ambos os casos, duas organizações de raízes predominantemente agrárias, elitistas, sem atração sobre a classe média, responsáveis por razões econômicas pela abertura de seus respectivos países ao influxo estrangeiro, adotaram uma atitude mais flexível. Cooptaram os imigrantes em ascensão para suas

(8) CORNBLIT, Oscar - "Os imigrantes europeus na indústria e política argentinas". (In VELIZ, Claudio - op.cit.).

fileiras - sobretudo os industriais no caso brasileiro - e utilizaram a massa de estrangeiros como clientela política o que, apesar de tudo, deu a esta massa alguma possibilidade de barganha.

Voltando agora à situação brasileira dos fins da década de 20, convém ressaltar que o maior entendimento das facções gaúchas favorecerá a intervenção do Rio Grande do Sul como um bloco, não disputa sucessória. Pelo contrário, ainda que o PD não tivesse uma presença eleitoral importante - em parte graças à fraude - a cisão política em São Paulo introduzirá uma cunha na frente regional paulista.

A composição transitória de forças diversas no curso da sucessão presidencial de 1930 e nas articulações revolucionárias posteriores à eleição será examinada na próxima discussão. Ela abrangerá a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, estendendo-se por alguns anos após este episódio.